



# JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 19 de Abril de 2010



Série

Número 30

## Sumário

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

#### **Decreto Legislativo Regional n.º 4/2010/M**

Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/92/M, de 21 de Abril, que regula a concessão da promoção e execução das obras de ampliação das infra-estruturas do Aeroporto de Santa Catarina, bem como o planeamento, o desenvolvimento e a exploração dos aeroportos da Região.

#### **Decreto Legislativo Regional n.º 5/2010/M**

Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar a partir de Janeiro de 2010 na Região.

#### **Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 3/2010/M**

Resolve aprovar a conta da Região Autónoma da Madeira referente ao ano de 2008.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DA MADEIRA****Decreto Legislativo Regional n.º 4/2010/M**

de 19 de Abril

Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/92/M, de 21 de Abril, que regula a concessão da promoção e execução das obras de ampliação das infra-estruturas do Aeroporto de Santa Catarina, bem como o planeamento, o desenvolvimento e a exploração dos aeroportos da Região Autónoma da Madeira.

Em decorrência do disposto no Decreto-Lei n.º 453/91, de 11 de Dezembro, contrato de concessão celebrado entre o Governo Regional da Madeira e a ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A., e os despachos n.ºs 238/93, de 16 de Setembro, e 281/93, de 28 de Outubro, do Secretário Regional de Economia e Cooperação Externa, 67 funcionários da Direcção Regional de Aeroportos exercem funções, em regime de requisição, na ANAM, S.A.

Estes 67 funcionários auferem remunerações na entidade concessionária, em conformidade com as funções exercidas nesta empresa e respectivos níveis constantes da tabela salarial aplicável à generalidade dos trabalhadores abrangidos pelo regime jurídico do contrato de trabalho.

Os mesmos funcionários, não obstante auferirem as remunerações constantes dos níveis da tabela salarial praticada pela ANAM, S.A., mantêm, como base de incidência de contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, as remunerações correspondentes aos seus cargos de origem na Direcção Regional de Aeroportos, as quais são substancialmente inferiores às efectivamente auferidas na concessionária.

A situação anterior tem impacte no cálculo da pensão de aposentação daqueles trabalhadores, de que resulta uma muito significativa diferença de rendimento enquanto na situação de activos e na situação de aposentados, sendo que esta diferença pode ser atenuada mediante a cessação do regime de requisição, ao abrigo do qual exercem funções na ANAM, S.A., e a celebração de contrato de trabalho com esta empresa, com a consequente mudança do regime de segurança social, da Caixa Geral de Aposentações para o regime geral da segurança social.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

A presente medida mereceu a concordância da concessionária dos aeroportos regionais, ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A..

Assim:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma Madeira decreta, nos termos das alíneas a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e d) e e) do artigo 40.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma Madeira, revisto pela Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto, o seguinte:

**Artigo 1.º**

Aditamento ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/92/M, de 21 de Abril

É aditado o artigo 9.º-A ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/92/M, de 21 de Abril, que passa a ter a seguinte redacção:

**«Artigo 9.º-A**

- 1 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, fica a concessionária autorizada a integrar no seu quadro de efectivos, mediante celebração de contrato de trabalho, os

trabalhadores que nesta empresa exercem funções em regime de requisição à Direcção Regional dos Aeroportos da Madeira.

- 2 - Os funcionários nas condições previstas no número anterior que pretendam efectuar a sua integração no quadro de efectivos da concessionária mediante celebração de contrato de trabalho deverão requerer a sua exoneração à Direcção dos Aeroportos da Madeira, no prazo de 30 dias úteis a contar da entrada em vigor da presente disposição.
- 3 - O requerimento de exoneração a apresentar pelos trabalhadores requisitados deverá ser apresentado na Direcção dos Aeroportos da Madeira, que, posteriormente, irá remetê-lo à Secretaria Regional do Turismo e Transportes.
- 4 - Após a recepção do requerimento de exoneração dos trabalhadores requisitados, a concessionária obriga-se a celebrar contrato de trabalho com os requerentes, remetendo cópia do contrato de trabalho juntamente com o pedido de exoneração à Secretaria Regional do Turismo e Transportes.
- 5 - O contrato de trabalho celebrado entre a concessionária e os requerentes, nos termos dos números anteriores, produzirá efeitos à data da apresentação do pedido de exoneração da Direcção Regional de Aeroportos da Madeira, salvaguardando a respectiva antiguidade.
- 6 - Cumprido o disposto no número anterior, será exarado despacho de exoneração com data de produção de efeitos reportada à da apresentação do respectivo requerimento.»

**Artigo 2.º**

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em sessão plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em 9 de Fevereiro de 2010.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, José Miguel Jardim d'Olival Mendonça.

Assinado em 9 de Abril de 2010.

Publique-se.

O REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, Antero Alves Monteiro Diniz.

**Decreto Legislativo Regional n.º 5/2010/M**

de 19 de Abril

Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar a partir de Janeiro de 2010 na Região Autónoma da Madeira

A fixação dos valores da retribuição mínima mensal garantida constitui uma medida importante no domínio da política de rendimentos, com implicações no contexto sócio-laboral.

A retribuição mínima mensal garantida (salário mínimo nacional) foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 217/74, de 27 de Maio, e a sua importância tem sido significativa, nomeadamente como garante de um nível mínimo salarial que assegure um padrão de rendimentos salariais adequado,

e também como factor dinamizador dos salários convencionais, com as consequentes implicações na melhoria das condições de vida da população trabalhadora.

A Região Autónoma da Madeira, desde a institucionalização da Autonomia e da transferência de competências, assumiu no programa laboral do Governo Regional preocupações sociais que implicavam o aumento dos níveis salariais, o que determinou o reforço dos valores do salário mínimo nacional a vigorar na Região, com a institucionalização de acréscimos (de 2 %) de modo a compensar os constrangimentos advindos dos custos de insularidade, e deste modo contribuir para a melhoria das condições remuneratórias dos segmentos profissionais mais desfavorecidos.

Assim, apesar das dificuldades e da conjuntura actual, esta política de acréscimos é mantida na Região, dado o alcance e os benefícios sociais decorrentes.

Assim:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira decreta, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º e do artigo 228.º da Constituição da República Portuguesa, conjugados com a alínea vv) do artigo 40.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de Junho, na redacção dada pela Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto, com a alteração introduzida pela Lei n.º 12/2000, de 21 de Junho, bem como do disposto no artigo 11.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, e do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/M, de 4 de Agosto, o seguinte:

Artigo 1.º  
Objecto

O valor da retribuição mínima mensal garantida estabelecida no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 5/2010, de 15 de Janeiro, acrescido de complemento regional, é, na Região Autónoma da Madeira, de € 484,50.

Artigo 2.º  
Produção de efeitos

O valor referido no artigo anterior é devido com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2010.

Aprovado em sessão plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em 24 de Março de 2010.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, José Miguel Jardim d'Olivall Mendonça.

Assinado em 9 de Abril de 2010.

Publique-se.

O REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, Antero Alves Monteiro Diniz.

**Resolução da Assembleia Legislativa da Região  
Autónoma da Madeira n.º 3/2010/M**

de 19 de Abril

Aprova a conta da Região Autónoma da  
Madeira referente ao ano de 2008

A Assembleia Legislativa Regional da Madeira resolve, nos termos dos artigos 227.º, n.º 1, alínea p), e 232.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa e, ainda, do artigo 38.º, alínea b), do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, na redacção dada pela Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto, aprovar a conta da Região Autónoma da Madeira referente ao ano de 2008.

Aprovada em sessão plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em 23 de Março de 2010.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, José Miguel Jardim d'Olivall Mendonça.

## CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direcção Regional da Administração da Justiça.

## PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda . . . . .	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas . . . . .	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas . . . . .	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas . . . . .	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas . . . . .	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas . . . . .	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

## EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

## ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série . . . . .	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries . . . . .	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries . . . . .	€ 63,78	€ 31,95;
Completa . . . . .	€ 74,98	€ 37,19.

Aestes valores acrescentem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

## EXECUÇÃO GRÁFICA

Divisão do Jornal Oficial

## IMPRESSÃO

Divisão do Jornal Oficial

## DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

Preço deste número: € 1,21 (IVA incluído)